

O espaço geográfico como componente social

Jaime Tadeu Oliva

Doutorando no Departamento de Geografia da USP.
Correio eletrônico: jtoliva@plugnet.com.br

Resumo

A discussão sobre o papel do espaço geográfico como elemento central da Geografia e como um dos componentes estruturantes da realidade social é feita tendo como referência a clássica contraposição entre as concepções de espaço absoluto (newtoniano/kantiano) e espaço relativo (leibniziana). Para tanto se descreve a diferença fundamental entre essas duas concepções com o objetivo de demonstrar as vantagens de se teorizar o espaço geográfico com base na elaboração de espaço relativo. No desenrolar da argumentação busca-se refutar as objeções mais comuns que se faz ao fato de se admitir o espaço geográfico como um dos elementos explicativos da sociedade, tais como: o espaço estaria sendo tratado como sujeito, postura determinista etc. Por fim, exemplificamos o uso da visão leibniziana de espaço a partir das elaborações teóricas do geógrafo Jacques Lévy, apresentadas em função de sua clareza e de sua consistência.

Palavras-chave

Espaço absoluto – espaço relativo – ontologia do espaço – substância do espaço – produção do espaço.

Terra Livre	São Paulo	n. 17	p. 25-48	2º semestre/2001
-------------	-----------	-------	----------	------------------

Introdução

No livro *Crítica do discurso geográfico* Marcelo Escolar reúne alguns artigos percorridos por uma preocupação comum: a legitimidade científica do discurso geográfico¹. O autor argumenta que os praticantes da geografia devem buscar construir essa legitimidade, e que há possibilidades para isso, contudo, e aqui se encontra o que queremos salientar, mal temos na atualidade como identificar um discurso geográfico e um campo científico próprio:

“... sustento que a suposição de um campo teórico próprio, com desenvolvimentos temáticos coerentes, diversas posições em discussão, corpos metodológicos explícitos, conceitos e categorias definidos, discutidos e internalizados pela comunidade, e padrões de interpretação textualmente expostos, está longe de assemelhar-se à realidade disciplinar que nos rodeia. Isso não impede que certos níveis tenham mais desenvolvimento teórico que outros” (Escolar, 1996, p. 10).

Parece-nos que quaisquer análises de conjunto sobre as práticas geográficas acadêmicas comprovariam a afirmação de Escolar, pois várias elaborações em geografia são absolutamente estranhas e incomunicáveis a outras². Mas antes que essa constatação seja banalizada como algo que igualmente ocorre em outras áreas do saber, deve ser destacado que não é assim na maioria das ciências sociais. Escolar assinala que as várias ciências sociais têm mais conhecimento acumulado em bases teóricas mais consolidadas (1996, p. 10). Quer dizer: a radical diversidade de elaborações no interior da geografia é uma expressão da fragilidade desse campo – que mal se delinea como campo –, interpretação que nos parece bem realista e joga por terra a ingênua prepotência interpretativa de quem quer ver nessa diversidade uma riqueza específica da geografia.

Esse quadro disciplinar da geografia cria uma obrigação suplementar a todo novo trabalho. A necessidade explícita e didática de situar-se teoricamente, o que nem sempre é necessário em outras áreas do conhecimento em que as formas de sua prática são prontamente reconhecidas. E principalmente cuidar para que o instrumental usado não caia na vala comum que transforma conceitos em metáforas de baixo rendimento teórico. Ainda recorrendo a Marcelo Escolar ele próprio nos apresenta um exemplo: num evento, ao tratar dos “novos processos de produção do espaço na América Latina”, ele se põe a refletir sobre como discursar a respeito disso se não há consenso algum sobre o que é espaço, se ele pode ou não ser produzido etc. Prosseguir no discurso sem trabalhar esses

1. Eis o título de alguns artigos: “Problemas de legitimação científica na produção geográfica da realidade social”; “Um discurso ‘legítimo’ sobre o território: Geografia e Ciências Sociais”; “Territórios ausentes: os limites da legitimidade geográfica”.

2. Basta concentrarmos nossa atenção na variedade do que se quer que a geografia seja – seu objeto, sua importância, suas funções etc., que veremos o quão inconciliáveis são as respostas. Não há sequer consenso se será uma ciência social ou não e até mesmo sobre a simples denominação do objeto de estudo: se paisagem, espaço ou relações homem-natureza, por exemplo.

conceitos e verificar se eles são plausíveis na construção de um discurso geográfico é acomodar-se com pseudoconceitos que não servirão em hipótese alguma para conformar um campo teórico-conceitual autônomo (1996, p. 11).

Paralelamente às conclusões de Escolar queríamos mencionar o livro do geógrafo Jacques Lévy, *Espaço legítimo* (subtítulo: Sobre a dimensão geográfica da função política)³. Trata-se de um trabalho em que estão reunidos vários artigos que, de modo *sui generis*, são sempre apoiados e precedidos por um conjunto de enunciados teóricos numerados, funcionando como uma espécie de “bula”, que orienta e garante que as posições do autor sejam bem situadas e compreendidas no quadro disciplinar da geografia. Esse nos parece ser um extraordinário exemplo da premência de um esforço comunicativo adicional para as que as posições não se banalizem e nem se confundam em nosso campo de conhecimento. E a comprovação dessa intenção do autor é que o título *Espaço legítimo* expressa sua defesa e sua argumentação em prol da legitimidade do espaço como categoria a partir da qual se pode construir um discurso científico da geografia (sobre política, por exemplo). Logo, tanto a posição de Escolar como a de Lévy convergem quanto ao modo bem peculiar e necessário de se praticar a geografia⁴. Não se pode produzir trabalhos desconsiderando as dificuldades atuais da disciplina. Seja qual for o tema, seu desenvolvimento tem de ser amparado por uma explicitação, além do comum, das bases teóricas que indique a qual “geografia” está sendo vinculado, o que se espera demonstrar, qual a contribuição para o discurso da geografia com o tratamento dado etc.

As armadilhas semânticas da expressão espaço social

Compartilhando as posições mencionadas na introdução, vamos tratar do tema do espaço geográfico como componente social. Esse é um enunciado que procura superar a expressão espaço social, sempre sujeita a entendimentos vários e contraditórios. Por exemplo: afirmar que o espaço é produzido pela sociedade não garante que se esteja compreendendo o espaço como parte da sociedade. Pode ser que se esteja entendendo assim ou, então, ao contrário, como uma externalidade. Há quem entenda que o espaço geográfico, embora possa ser preenchido a partir da intervenção humana⁵, é preexistente à sociedade, ele é “o outro da sociedade”⁶. Concepções assim, radicalmente distintas, costumam estar sob as asas da mesma expressão: espaço social. Mas voltemos à idéia de que o espaço é

3. No original *L' espace legitime*. Não há tradução para o português.

4. Esses autores não são os únicos exemplos dessa preocupação teórica e comunicativa. Estamos utilizando-os pela explicitude das posições e porque ambos referem-se à legitimidade do discurso científico da geografia.

5. O que também não quer dizer produção do espaço geográfico.

6. Expressão empregada pelo geógrafo Antonio Carlos Robert de Moraes em debate no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo em 2000, quando se referia à definição de espaço de Milton Santos (nessa intervenção Antonio Carlos dizia entender que o espaço podia ser um sistema de objetos, mas jamais um sistema de ações, porque esse é a sociedade, o *outro* do espaço).

um componente social. Mesmo ela guarda algumas possibilidades contraditórias de interpretação. O fato de dizer que o espaço é um componente da sociedade não garante que ele seja social. Ele pode ser um componente não-social da sociedade. Quer dizer: um espaço preexistente, autônomo e anterior à sociedade que incide sobre ela, que a compõe, moldando-a. Nesse caso estaríamos diante de um determinismo⁷. Ou dito de outra maneira: um espaço como uma força (uma espécie de sujeito) não-social que atua sobre a sociedade. Se existe essa possibilidade lógica de entendimento da expressão e se se quer evitá-la (por não a enxergar na realidade) melhor então seria dizer que o espaço geográfico é um componente social (produzido pela sociedade) da sociedade. *Ora, um espaço produzido pela sociedade não pode, em termos lógicos, ser anterior a ela*. Logo, este espaço é construído pela sociedade para seu funcionamento e, desde já, pelo menos nesse sentido, faz parte da sociedade. Adotamos esse último entendimento (e queremos ir mais longe), tal como expresso por Jacques Lévy⁸:

“O espaço é, portanto, notadamente, uma dimensão do social. Ele possui as mesmas características que as outras dimensões: parcial e global, transversal, dispondo de uma igual potencialidade, logo, legitimidade cognitiva. O espaço está dentro da sociedade e a expressão ‘relação espaço/sociedade’ deve ser concebida como uma relação de uma parte com o todo, do mesmo modo que ‘política/sociedade’ ou ‘indivíduo/sociedade’” (1994, p. 47).

A argumentação para sustentar essa posição teórica não é tão simples, mesmo porque suas implicações têm sido freqüentemente contestadas nos debates internos da geografia, o que, nesse caso, de modo saudável exige o maior rigor possível para fundamentá-la. É o que tentaremos fazer.

O espaço geográfico possui autonomia ontológica?

O núcleo básico da contestação encontra-se na denúncia de *uma autonomia e densidade ontológica* que estaria sendo atribuída inadequadamente ao espaço geográfico numa posição como a que adotamos, tal como reflete a posição de Lévy que vê no espaço uma legitimidade cognitiva no entendimento das sociedades do mesmo nível (com o mesmo *status*) que a economia e a política, por exemplo⁹. Nada poderia soar mais estranho e ser tão mal avaliado numa tradição intelectual como a do mundo ocidental que não deu destaque, e tampouco prestígio, ao espaço geográfico no concerto dos objetos de estudo cien-

7. É incrível o uso descuidado desse termo: só é determinismo o elemento externo a um fenômeno que o molda como efeito necessário, como, por exemplo, a natureza traçando o destino dos seres humanos. Essa forma é facilmente detectável. Ou então quando supervalorizamos de maneira exagerada, ou desmedida, uma variável interna a um fenômeno. Essa ocorrência se disfarça mais facilmente no interior das explicações de processos.

8. O trecho a seguir, assim como outras citações de Jacques Lévy, estão em português numa tradução de trabalho feita por nós.

9. Só tem poder explicativo sobre a sociedade aquilo que a compõe estruturalmente ou então, para aqueles que se fiam nos determinismos, no que a determina de fora.

tíficos explicativos das sociedades¹⁰. O estranhamento vem dos próprios geógrafos habituados a missões mais modestas, como a descrição e o entendimento do espaço nele mesmo, portanto como algo exterior às sociedades, mesmo que “ocupado” por elas. Mas há outros estranhamentos que não são derivações consuetudinárias. Ao contrário, são bem fundados em concepções de espaço cujo perfil ontológico obriga à conclusão de que o espaço só teria poder modificador e explicativo sobre a sociedade como um determinismo, como algo externo. Quer dizer: estaríamos subordinando as explicações e o funcionamento das sociedades a sujeitos preexistentes e fora do nosso controle, o que seria uma heresia no campo das ciências sociais. Talvez aqui nos encontremos numa querela teórica labiríntica daquelas que só um novo esforço de comunicação poderia solucionar. Vamos observar uma opinião de um historiador célebre sobre o processo de globalização:

“Não acho que seja possível identificar a globalização apenas com a criação da economia global, embora este seja seu ponto focal e sua característica mais óbvia. Precisamos olhar para além da economia. Antes de tudo, a globalização depende da eliminação de obstáculos técnicos, não de obstáculos econômicos. Ela resulta da abolição da distância e do tempo. Por exemplo, teria sido impossível considerar o mundo como uma unidade antes de ele ter sido circunavegado no início do século XVI. Do mesmo modo, creio que os revolucionários avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações desde o final da Segunda Guerra Mundial foram responsáveis pelas condições para que a economia alcançasse os níveis atuais de globalização” (Hobsbawm, 1999, p. 71).

Estaria nosso historiador sendo um reles determinista ao dizer que a globalização depende “antes de tudo” das intervenções tecnológicas no espaço geográfico que aboliram as distâncias?¹¹ Ele está dizendo que novos conteúdos no espaço que permitem novas relações são elementos centrais, e que precedem a economia, na ocorrência e na explicação da globalização? Estaria o historiador marxista de obras magistrais sobre a constituição do mundo moderno substituindo o foco da luta de classes por um determinismo espacial e tecnológico? Ou esses obstáculos técnicos a que ele se refere não constituíam o espaço? Certamente ele não está preocupado com essas possíveis contestações ao seu pensamento, já que parece óbvio que essa transformação espacial que possibilita a globalização é obra social. Desse modo, é o homem que está “fabricando” ou “produzindo” um novo espaço geográfico e não alguma entidade preexistente ou alienígena.

Mas o uso dessa opinião de Hobsbawm como uma defesa da pertinência do espaço como componente social e a recusa a entender essa posição como determinista só são compatíveis com uma visão que vê o espaço geográfico como algo posterior ao ser humano, o que atrita com algumas concepções de espaço que não permitem esse entendimento.

10. Ocorrência muito bem explicitada no livro de Edward Soja, *Geografias pós-modernas*.

11. Não estamos de acordo quanto à idéia da abolição da distância (que certamente está modificada), mas isso não invalida o raciocínio de Hobsbawm.

Daí a necessidade de penetrarmos no interior da discussão da ontologia do espaço para esclarecer os termos do debate. Voltemos a Marcelo Escolar e sua justa preocupação com a legitimidade científica do discurso geográfico, numa passagem em que faz referências à ontologia do espaço. Ele se coloca a seguinte questão: é possível falarmos em produção de espaço? Responde questionando:

“na realidade, a idéia de ‘produzir espaço’ parece-me extremamente confusa, já que, se se adota um critério ontológico em sua definição, não estamos, por outro lado, excluindo a necessidade constitutiva dos esquemas de ação espaciais para poder consentir com eles?” (1996, p. 16).

Como pode essa precedência ontológica dada ao espaço que lhe dá uma autonomia ser compatibilizada com a sociedade (com as ações e seus atores), que viria depois? Eis a grande dúvida levantada pelo autor. Com base na constatação de que as caracterizações ontológicas não são objetivas (não existem independentemente do sujeito consciente que a elabora) em hipótese alguma, afirma que não se pode considerar o espaço como existente e sim como uma espacialidade que é constitutiva da matéria que, por sua vez, é base da realidade concreta. Vejamos em suas palavras:

“... a espacialidade é constitutiva da matéria e não o espaço; portanto, se o objeto da produção intelectual é o conhecimento, nunca poderia uma condição geral de sua determinação objetiva (a espacialidade) ser um meio de produção ou seu resultado. ‘Produzir espaço’, conseqüentemente, é impossível. Produzir configurações materiais espacializadas subjetiva ou objetivamente é possível” (Escolar, 1996, p. 17).

A despeito de um certo estilo enigmático do autor nos parece que essa espacialidade¹² que precede e é constitutiva da matéria, e por decorrência “uma condição geral da determinação do conhecimento”, é o espaço kantiano, que por sua vez sustenta-se na concepção de espaço absoluto de Isaac Newton. Realmente, se atribuirmos a esse espaço preexistente às coisas um critério ontológico, essa condição será do espaço e jamais da sociedade, e não poderemos falar em espaço social, a não ser como configuração material espacializada no espaço preexistente, o que não é muito diferente do que enunciar a célebre expressão *ocupação do espaço*. Na verdade, segundo Escolar não se pode produzir o espaço, mas apenas “produzir uma ocupação do espaço”. Ocorre que a discussão não se encerra aqui, pois a visão de espaço absoluto está longe de ser a única a pautar as discussões em torno da categoria espaço, e é incrível que no texto de Escolar isso seja omitido¹³. Ainda mais

12. Afinal e a rigor qual a diferença e qual o sentido do uso dos termos espaço e espacialidade como substantivos autônomos distintos. Não seria a espacialidade a qualidade do espaço, logo subordinada a este último? Nos debates da geografia o uso desses termos, sem esclarecimento, tem provocado enormes confusões.

13. Certamente Escolar não desconhece as adesões explícitas a outras concepções de espaço, antagônicas à idéia de espaço

que outra elaboração tem potencial para resolver a questão do papel do espaço na vida social. Essa outra elaboração é a concepção de espaço relativo que se origina em Leibniz.

Se a visão kantiana de espaço absoluto interdita logicamente a idéia de produção de espaço, a leibniziana, ao contrário, a autoriza. Certamente todos têm familiaridade com a questão o espaço relativo, mas para nosso debate em geografia acreditamos ser necessário um aprofundamento, buscando encontrar uma solução interessante para a questão do papel do espaço no contexto social, a saber: se é um sujeito externo (determinismo) ou se é um produto social, *cujá densidade ontológica estaria em quem o produz*.

Começemos por um comentário inicial, talvez paralelo, mas que acreditamos deva conectar-se positivamente com essa discussão. Optar pela concepção de espaço absoluto kantiano ou pela visão de espaço relativo de Leibniz não é algo que pode ser feito com base em critérios científicos apenas. Aqui ingressamos também no campo da filosofia e esta, apesar de suas conexões necessárias com as ciências, não se dissolve no interior delas. Embora tenha sido freqüente na história da filosofia grandes pensadores¹⁴ quererem demonstrar “cientificamente” e de modo indiscutível seus sistemas, a prática da filosofia se distingue da científica:

“A filosofia não é uma ciência, nem pode ser. Pretender ao contrário é fadá-la infalivelmente ao fracasso... também à ilusão ou à má-fé... o que é filosofar? É pensar sem provas, é pensar mais longe do que se sabe, mas submetendo-se – o mais que podemos, o melhor que podemos – às restrições da razão, da experiência e do saber” (Comte-Sponville, 1999, p. 494).

Se espaço absoluto e espaço relativo estão no plano da filosofia, eles não refutam definitivamente um ao outro. Os sistemas filosóficos não são refutáveis, como as elaborações científicas podem ser, e no caso essas duas elaborações coexistem respeitavelmente no pensamento contemporâneo. Aderir a uma ou a outra não é questão de verdade comprovada, pois na filosofia “não há prova, não há demonstração, não há certeza; mas há argumentos, mas há efeitos, mas há móveis” (Comte-Sponville, 1999, p. 498). Apoiar-se na concepção de espaço absoluto ou de espaço relativo para construirmos a concepção de espaço geográfico é, a princípio, igualmente válido. O que vai demonstrar maior rendimento no interior da geografia será checado nesse campo e não no plano filosófico¹⁵. Que as elaborações de espaço geográfico inspiradas a partir da concepção de espaço relativo sejam julgadas por sua eficácia na produção do conhecimento geográfico e não invalidadas porque a “ontologia do espaço” as desautoriza¹⁶. Se Kant e Newton interditam, Leibniz e Einstein liberam e, insistimos, não serão nesses planos (da filosofia e da física) que a questão da geografia será resolvida.

absoluto, como as de David Harvey, Milton Santos, Jacques Lévy, por exemplo, para ficar no campo da geografia, mas, se quisermos sair, vamos encontrar Henri Lefebvre, Gaston Bachelard, Heidegger etc.

14. Husserl é um caso célebre.

15. Assim também o fez a física, que tem elaborações fortes de espaço absoluto (Newton) e de espaço relativo (Einstein).

16. “A matemática é verdadeira: essa proposição não é suscetível de uma demonstração matemática. A física é verdadeira: essa

A cidade: uma configuração geográfica produtiva

É sempre um desafio demonstrar o valor heurístico das elaborações teóricas nas pesquisas científicas. Um dos riscos principais diz respeito à deformação constante que obriga a realidade a se enquadrar nos esquemas teóricos. Daí o cuidado necessário para não se supervalorizar uma elaboração teórica que se harmoniza no plano filosófico e por isso tornar-se insensível à realidade porque esta resiste em coadunar-se com o pensamento teórico adotado. Vamos examinar nesse momento um exemplo complexo e interessante que nos lançará a uma situação em que teremos de optar por uma visão mais “relativa” ou “absoluta” de espaço geográfico para realizar uma interpretação geográfica de um processo associado pelo autor que vamos citar à transformação de algumas grandes cidades americanas. Estamos nos referindo a um estudo sobre a crise da cultura pública norte-americana notada por Russel Jacoby em seu livro *Os últimos intelectuais*.

Para Russel Jacoby a cultura pública decaiu e perdeu pujança quando da transferência dos intelectuais autônomos para as universidades: “Com poucas restrições, no fim da década de 50, os intelectuais americanos escaparam das cidades para os *campi*, dos cafés para as cafeterias” (Jacoby, 1990, p. 27). Ele assinala que até esse período “ser intelectual significava, antes de mais, mudar para Nova York ou Chicago, e escrever livros e artigos” (1990, p. 29). Os intelectuais clássicos americanos tinham grande audiência, pois se dirigiam ao grande público com muita facilidade, embora o fizessem sem concessões quanto à profundidade das idéias que defendiam. Eram, em geral, grandes polemistas, críticos e independentes. Não se submetiam a modismos e nem a ninguém (1990, p. 30). A essa cultura pública Jacoby denominou *inteligência urbana* em razão de seu vigor estar intimamente relacionado ao tipo de vida que só os centros urbanos (quando possuem certas características) propiciam. Quer dizer, o autor enxerga um vínculo indiscutível (poderíamos dizer uma “dialética socioespacial”) entre a organização do espaço geográfico e o tipo de desenrolar da vida cultural. Em suas palavras:

“A vida cultural compõe-se das atividades de intelectuais que não se limitam simplesmente a escrever ou pensar ou pintar, mas que vivem e trabalham em ambientes específicos” (Jacoby, 1990, p. 34).

Estaria Jacoby sendo determinista, ou para ele o modo de organizar o espaço é também uma forma de organização da vida social e, logo, o espaço seria um componente da sociedade?¹⁷

proposição não é suscetível de uma verificação experimental. As ciências são verdadeiras (ou inclusive: as ciências são verdadeiras pelo menos em parte): essa proposição não é científica. Tomar partido sobre a verdade das ciências não é fazer ciência: é fazer filosofia, e todas as filosofias são duvidosas” (Comte-Sponville, 1999, p. 499).

17. É bom deixar claro que o livro de Jacoby busca analisar as causas da decadência intelectual americana. Chega à questão das cidades naturalmente, sem ter como objetivo discutir qualquer aspecto teórico relacionado tanto à cidade como ao espaço.

De modo metafórico Jacoby afirma que a intelectualidade vai perder qualidade nos “ambientes estéreis” dos *campi* universitários¹⁸, enquanto a inteligência crítica era fertilizada nos ambientes urbanos diversificados, em especial nos recantos boêmios. As boemias vivem nas cidades e não é o tamanho destas e sua riqueza econômica que geram de modo inevitável uma boêmia criativa, e sim, na verdade, uma certa atmosfera dada pela estrutura urbana: “meios urbanos precários, com ruas movimentadas, restaurantes baratos, aluguéis razoáveis e arredores decentes, alimentam a boêmia” (1990, p. 40). Essa conjunção geográfica (urbana), com diversidade, pode ser prejudicada por decadência econômica – ou valorização – que tende a levar as localidades à homogeneidade, ou então, por projetos de renovação urbana (com essência padronizadora), vias expressas, processos de suburbanização etc. Com a decadência dos bairros de muita vitalidade urbana (bairros boêmios inclusos), os praticantes de atividades intelectuais tendem a se dispersar, esgarçando a rede de contatos:

“A diferença é crucial: uma centena de artistas, poetas e escritores com famílias e amigos em dez quarteirões da cidade significa uma coisa; espalhados por dez estados ou dez cidades universitárias, trata-se de algo muito diferente” (Jacoby, 1990, p. 33).

Não é preciso acrescentar nada para afirmar que uma dada organização do espaço implica uma tessitura relacional própria e que os resultados sociais dessa tessitura são diversos e, de algum modo, função do espaço, urbano no caso. Espaço como sujeito? Poder-se-ia afirmar que o espaço, nesse exemplo, é apenas uma derivação de forças econômicas mais determinantes (“de maior teor ontológico”). Mas é pertinente afirmar que o econômico também tem uma dimensão de derivado de outras variáveis, como assinala Eric Hobsbawm no trecho citado anteriormente sobre globalização. Por outro lado, não nos parece que afirmar a importância da estruturação do espaço urbano na cultura urbano resulte em definir a dimensão espacial como uma variável independente. Aliás, esse tipo de objeção (espaço como sujeito) jamais é imputado a outras dimensões da vida social, como a política e a economia, por exemplo. Essa objeção só tem uma razão de ser: *a recusa em admitir o espaço como uma dimensão social*.

O fato é que Jacoby, sem ser estudioso da questão urbana, se entrega a uma análise da mudança do perfil intelectual americano e identifica uma decadência subordinada à dispersão geográfica dos intelectuais dos centros de vitalidade urbana pelos *campi* universitários suburbanos. Dessa forma, esses intelectuais ficaram alijados de contextos sociais (que são geográficos) ou geográficos (que são sociais) relacionais mais fecundos¹⁹, tal como o autor se refere: “O declínio da boêmia pode ter como conseqüência não apenas o

18. Situação em que o trabalho intelectual muda de público orientando-se e reduzindo-se para os pares e para a carreira, conforme vai sustentar Russel Jacoby ao longo do seu texto.

19. É claro que afirmar que um centro urbano com diversidade fecunda a vida intelectual de modo mais interessante pressupõe uma definição específica de cidade.

declínio dos intelectuais urbanos e de sua audiência, mas também o declínio da inteligência urbana” (1990, p. 43). Para finalizar o exemplo, vale a pena atentar para uma das explicações de Jacoby sobre as razões da decadência dos centros urbanos e, por conseguinte, da inteligência urbana: para ele o desaparecimento da boemia é consequência da expansão dos subúrbios:

“a boemia e o subúrbio não estão relacionados por causa e efeito; antes, eles expressam aspectos diferentes da mesma constelação, a da cidade sob o domínio do automóvel. Nos anos 50, as cidades se tornaram indesejáveis ou inabitáveis, e as novas vias expressas permitiram à população que possuía automóveis delas escapar, desvitalizando assim os bairros centrais e suas vizinhanças” (1990, p. 52).

*América Urbana – do centro urbano para nenhuma cidade*²⁰, de David R. Goldfield e Blaine A. Brownell, é um livro expressivo que representa muito bem o que significou a suburbanização. A população dirigiu-se para “cidade alguma”, mas foi de automóvel. Na realidade, com a decadência dos centros urbanos “a geografia – cultural e física – oferece poucos refúgios para os intelectuais que buscam alternativas para os *campi* urbanos ou suburbanos” (Jacoby, 1990, p. 34). Seria possível apor de modo depreciativo, nesse caso, que agora Jacoby arrumou mais um outro sujeito não-social para explicar um fenômeno do espírito e da cultura, que é o declínio intelectual dos Estados Unidos: o automóvel. Assim cidade, subúrbio, espaço e automóvel como elementos moldadores da cultura corresponderiam a formas vulgares de determinismo, porque como externalidades estariam agindo sobre a sociedade.

A consequência de posições desse naipe, que negam ao espaço geográfico a condição de dimensão social, é relegar os estudos do papel da cidade, do automóvel, enfim, do espaço geográfico apenas a um universo técnico, reduzindo o potencial explicativo da dimensão espacial sobre a sociedade a mera funcionalidade da vida biológica/social, ou então, com mais sofisticação, à moda de um certo tipo de marxismo que tinha (talvez ainda tenha) muita audiência, para o qual “... a análise espacial deve estar vinculada diretamente às transformações da sociedade produzidas pelo esforço de acumulação de capital e pela luta de classes” (Gottdiener, 1997, p. 125)²¹. Nessa posição fica nítida que esse “vinculado” é subordinação do espaço geográfico à economia política que concentra toda a densidade ontológica do ser social. Como resultado, para boa parte dos marxistas torna-se desnecessário “uma teoria distinta do espaço, em favor de uma análise política e econômica das relações sociais desenvolvidas espacialmente, com base na luta biclassista entre capitalistas e trabalhadores” (Gottdiener, 1997, p. 126).

A par as motivações de vários tipos para a tomada de posições teóricas que negligenciam o espaço geográfico, uma razão é de maior interesse para nós no desenrolar desta

20. *From Downtown to No Town.*

21. Essa não é a posição desse autor. No caso ele está criticando um marxismo predominante.

discussão. Podemos afirmar que a visão espacial que compõe boa parte do pensamento nesse século, mesmo que de forma inconsciente²², guarda relações com a formulação de espaço absoluto, o espaço receptáculo, que nada conta nas relações sociais (que ocorrem independentes). Daí a constatação da

“... geografia e a ecologia urbana convencionais como essencialmente sem espaço, pois se concebe que as relações de localização atuam dentro do espaço – isto é, dentro de um espaço que age como um receptáculo, pressuposto mais freqüentemente como uma planície sem características próprias. Trata-se de uma variante minimalista da teoria da reflexão, que afirma serem os processos sociais desenvolvidos no espaço, de forma que o espaço apenas os mantém ou suporta” (Gottdiener, 1997, p. 125).

Quer dizer: os processos sociais não são eles próprios espaciais.

Retornemos a nossa questão inicial a propósito do trabalho de Russel Jacoby. Parece-nos que somente uma outra visão de espaço poderá fornecer condições lógicas e teóricas para trabalharmos a cidade, os subúrbios, o automóvel e o espaço urbano como elementos componentes da sociedade: como produtos e produtores das relações sociais; ou dito de uma forma sintética: *o espaço geográfico como resultado posterior da espacialização das substâncias sociais*. Com essa postura, todas as conseqüências de uma dada produção ou organização de espaço são produtos da ação humana, da sociedade, *que é o verdadeiro sujeito do processo*. Mais adiante vamos procurar um aprofundamento lógico e abstrato dessa afirmação, contudo queríamos ainda introduzir uma elaboração a respeito do papel social do espaço que contradita o papel subordinado do espaço, como mero receptáculo ou, então, como externalidade. Trata-se da visão de Henri Lefebvre²³.

A visão de Henri Lefebvre

O destaque dado à dimensão espacial como aspecto-chave para desvendar os mecanismos da sociedade contemporânea fez de Lefebvre um alvo para críticas que o colocavam na posição de “determinista espacial”²⁴. Ele estaria sugerindo uma análise espacial independente das relações de classe na sociedade urbana. Essa oposição vem da arena marxista, que como já mencionado não admite o espaço como uma variável de importância equiparável à economia política no funcionamento e entendimento da sociedade moderna. Pior ainda: Lefebvre introduz seus argumentos no próprio núcleo da utopia socialista, defendendo que esta não faz sentido sem uma “revolução urbana”, que buscaria uma

22. O que, aliás, é pior, pois os atos inconscientes não geram boa vontade para com as discussões.

23. São vários os títulos das obras de Lefebvre em que se encontram discussões e posições a respeito. No entanto, nesse momento, lançamos mão de um texto de Mark Gottdiener no qual há uma discussão sintética da teoria do espaço de Lefebvre.

24. São conhecidas as críticas de Manuel Castells no seu *A questão urbana* com relação à “ingenuidade” de Lefebvre a respeito da importância dada ao quadro espacial da cidade. Castells afirmava que Lefebvre fazia da cidade um fetiche.

nova organização do espaço organizado em torno de uma vida cotidiana desalienada, e que essa revolução tem a mesma importância das transformações econômicas exigidas pelos revolucionários de extração marxista (Gottdiener, 1997, p. 126). Evidente que Lefebvre não está tratando essa revolução urbana como uma variável independente, aliás como fazem os marxistas ortodoxos que identificam nos processos econômicos o coração exclusivo das transformações. Ele está, obviamente, considerando o espaço como uma dimensão da sociedade articulada e transversal a todas as outras. A melhor demonstração dessa afirmação é o não-tratamento paralelo do espaço em relação à dimensão econômica. Pelo contrário, para Lefebvre a própria organização espacial tem *status* de uma das forças produtivas sociais, e ele o faz sem pudores em atribuir ao espaço a mesma importância das outras forças produtivas: “... para Lefebvre, o espaço possui, no modo de produção, o mesmo *status ontológico que o capital e o trabalho*”. (Gottdiener, 1997, p. 129, grifo nosso) Como dimensões essenciais da vida social moderna ninguém se recusaria a afirmar que capital e trabalho são faces fundamentais do sujeito social histórico, e por que não admitir que o espaço também o é?

Além de definir o espaço como pertencente ao conjunto das forças produtivas, Lefebvre investe em demonstrar o papel crucial do espaço no conjunto das relações sociais a partir de uma formulação célebre: é, em parte, por meio do espaço que a sociedade se reproduz, pois, por exemplo, a ordem espacial pode servir para controlar as contradições estruturais do capitalismo, em benefício dos segmentos dominantes (Gottdiener, 1997, p. 128). Ora, se assim é, torna-se factível e lógico afirmar que as relações sociais têm como componente que as inflexiona o espaço geográfico. Mas um cuidado nessa argumentação é necessário: caso o espaço se expressasse como uma cópia do conflito de classes, tal como ele ocorre na esfera do sistema produtivo²⁵, não haveria sentido em valorizar esse espaço, que apenas registraria processos mais fundamentais. Portanto, essa ordem espacial que é um dos componentes do processo de reprodução das relações sociais possui um conflito próprio que ultrapassa as linhas das classes sociais, na medida em que não é produzido apenas por contradições no corpo das relações de produção. Se o núcleo dos conflitos espacial não é função direta das relações de produção, como se constituem as contradições que os originam e os movem? Nessa altura deparamo-nos com mais uma elaboração-chave do pensamento de Lefebvre:

“... a principal contradição espacial da sociedade é a confrontação entre espaço abstrato, ou a exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado, e espaço social, ou espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária” (Gottdiener, 1997, p. 131).

25. Fenômeno restrito e de certo modo abstrato, pois não coincide com a totalidade social, obviamente mais ampla e mais complexa.

É necessário ressaltar que não se está falando da oposição fácil de afirmar entre o espaço do capital *versus* o espaço dos oprimidos e explorados, e sim a do espaço de uma certa razão dominante *versus* um espaço social de todas as relações sociais (logo de todas as classes). Para Lefebvre²⁶ a ordem espacial capitalista expressa uma dominação do espaço abstrato sobre o espaço social:

“... o espaço abstrato – um espaço homogêneo, fragmentado e hierárquico – chegou a dominar o espaço social, ou o espaço integrado da comunhão social, e o próprio potencial de produção do último foi, ele mesmo, atenuado. Conseqüentemente, o espaço social perdeu sua unidade orgânica nas cidades das sociedades modernas – pulverizou-se em guetos distintos. Como observa Lefebvre, ‘os guetos de elite, da burguesia, dos intelectuais, dos trabalhadores imigrantes etc., todos eles não são justapostos, são hierárquicos, e representam espacialmente a hierarquia econômica e social, setores dominantes e subordinados’. A hegemonia da classe capitalista é renovada através dessa segregação espacial e através dos efeitos da ‘força normalizadora’ da intervenção estatal no espaço” (Gottdiener, 1997, p. 131).

Essa dominação do espaço abstrato sobre o espaço social, cujo resultado é a fragmentação e a segregação, que dispersa a unidade orgânica não se harmonizaria de algum modo com o problema tratado por Russel Jacoby? A pulverização e a decadência dos centros de vitalidade urbana (que não era de uma classe só, pois a diversidade é uma das razões de sua vitalidade) não têm como contrapartida os subúrbios especializados, os *campi* universitários isolados, produtos de ações planejadas a favor de um espaço abstrato, alimentado por ideologias urbanísticas “anti-sociais e anticidadinas”²⁷

Acreditamos que o exposto já seria suficiente para partirmos para uma elaboração sobre o espaço geográfico que o coloca no centro dos acontecimentos das sociedades modernas, além de reafirmar a potencialidade e a legitimidade cognitiva do seu ponto de vista para a compreensão da totalidade da sociedade, tal como defende Jacques Lévy²⁸. Mas vale a pena irmos um pouco mais adiante nessa formulação do pensador francês. Trabalhando com a categoria marxista de abstração concreta²⁹ Lefebvre identifica no espaço uma dialética que o produz e o constitui como uma abstração concreta multimanifestada, o que coincide com as outras mercadorias na maneira como ele representa um objeto físico e um processo que condensa relações sociais, mas que se distingue das outras mercadorias, pois o espaço na sua materialidade recria continuamente relações sociais ou

26. Sempre conforme Mark Gottdiener.

27. É extraordinária nesse caso a convergência do pensamento de Henri Lefebvre com o de Jane Jacobs no seu célebre *Morte e vida de grandes cidades* (título na versão em português).

28. E muitos outros geógrafos e também alguns outros cientistas sociais.

29. Que é como Marx caracteriza seu materialismo, que jamais é apenas fisicalidade, mas sim o conjunto de relações sociais que compõe os processos sociais, por exemplo no caso da mercadoria, que é ao mesmo tempo a realização concreta e exteriorizada do trabalho humano e a condensação das relações sociais de produção. “A abstração concreta é simultaneamente um meio de ações sociais, porque ela as estrutura, e um produto dessas ações” (Gottdiener, 1997, p. 132).

ajuda a reproduzi-las. Assim, o espaço tem a propriedade de ser materializado por um processo social específico que reage a si mesmo e a esse processo. É, portanto, ao mesmo tempo objeto material ou produto, o meio das relações sociais e o reproduzidor de objetos materiais e relações sociais:

“Dessa maneira, Lefebvre baseia a multiplicidade da articulação sociedade-espaço numa relação dialética. É justamente esse status dialético, *ontológico*, do espaço que dá origem à sua natureza multifacetada na sociedade. O espaço literalmente satura a sociedade em todos os níveis” (Gottdiener, 1997, p. 133, grifo nosso).

O que é uma outra forma de dizer que o espaço é um componente social, ou compõe cada uma das relações, ou dizer que ele é transversal a todas outras dimensões (Jacques Lévy), ou dizer que é uma condensação inseparável de um sistema de objetos e um sistema de ações (Milton Santos)³⁰. Quanto à questão desse tipo de tratamento ser indicado como uma forma de atribuição desmesurada de *status* de sujeito ao espaço, o próprio Lefebvre alerta que o conceito de produção, no sentido marxista, representa o modo pelo qual pode ser superada a dicotomia que opõe sujeito e objeto. Deixemos o próprio Lefebvre responder:

“em qualquer produto, por trivial que seja, estão intimamente ligados os aspectos subjetivos e objetivos, a atividade e a coisa... é ao mesmo tempo concreto e abstrato. É concreto por ter uma substância dada, e ainda é concreto quando se torna parte de nossa atividade, opondo-lhe ou obedecendo-lhe, de qualquer modo. É abstrato em virtude de seus contornos definidos, mensuráveis, e também porque pode assumir uma existência social, ser um objeto entre outros objetos semelhantes e tornar-se o portador de toda uma série de novas relações adicionais à sua substancialidade” (Lefebvre, apud Gottdiener, 1997, p. 132).

Acreditamos que esse enunciado já basta para marcar a posição de Lefebvre quanto ao fato do espaço geográfico ser uma conjunção sujeito-objeto. Queríamos, agora, destacar a maneira como ele formula essa conjunção que o espaço expressa de modo peculiar. Ele refere que o concreto possui uma substância e também se refere ao abstrato que assume uma existência social e fomenta relações que se somam à sua substância. Essa terminologia e esse raciocínio indicam uma certa utilização da concepção de espaço relativo, cuja fonte original é Leibniz. Disso trataremos logo mais, mas é apropriado para nossa argumentação desde já ressaltar essa vinculação. Por fim, parece justo concluir que todo o esforço de Lefebvre está em acentuar que o modo como o espaço é produzido e a forma pela qual ele reproduz as relações sociais têm dinâmica própria. Esta deve ser analisada nos seus próprios termos, não como uma variável independente da totalidade, isso é ób-

30. Os vários enunciados podem ter diferenças de desdobramento no campo da ciência, mas no plano filosófico-ontológico o espaço recebe igual tratamento quanto à sua presença e ao seu papel na vida social.

vio, todavia jamais deve ser reduzida a mera derivação reflexa das contradições internas do sistema produtivo.

As vantagens da visão de espaço relativo para a geografia

Até aqui vimos nos ocupando do tema central que queremos aprofundar de forma tangencial. A adoção da visão de espaço relativo nos permite a construção de uma concepção de espaço geográfico que em termos teóricos e lógicos não se choca com a idéia de produção de espaço, do espaço reagindo e incidindo sobre a sociedade como elemento estrutural e componente dela. Igualmente permite que a “carga ontológica” que esse espaço terá seja uma configuração concreta do social e não de um espaço preexistente e externo à sociedade. Para uma demonstração, agora mais direta, de todas essas possibilidades apontadas e já praticadas por alguns autores, vamos nos valer da posição teórica de Jacques Lévy, pois além de reconhecermos em suas elaborações elementos de grande importância trata-se de um autor que explicita a filiação leibniziana da concepção de espaço geográfico que ele teoriza. Esse fato nos interessa para a continuidade de nossa argumentação.

Um dos textos do já citado *O espaço legítimo* possui um título que diz muito: “Uma geografia arriscando-se à teoria”. Já havíamos notado anteriormente o esforço comunicativo do autor, pois se arriscar à teoria num campo do saber que pouco ousou nessa prática exige cuidado especial. Assim, para realizar uma crítica das teorias espaciais e ao buscar colaborar para a construção de um caminho de aplicação de análises sobre a sociedade a partir de sua dimensão espacial (o esforço também é de demonstrar o pertencimento do espaço à estrutura social), Lévy apresenta, *a priori*, 74 proposições sobre a epistemologia das ciências e da geografia, sobre a geografia em si e sobre a geografia política. Cada uma delas vem sempre acompanhada de um comentário conciso. Vamos percorrer algumas delas, em especial aquelas referentes às concepções de espaço e sobre suas repercussões no interior da geografia:

Proposição 20: “*O espaço é uma categoria que define uma relação de coexistência entre os elementos do real*”(Lévy, 1994, p. 46).

No comentário ele chama atenção para as elaborações mais célebres sobre espaço na cultura ocidental, a kantiana³¹, a cartesiana e a leibniziana. E assevera:

“Das três famílias citadas é a última, leibniziana, que convém reter porque ela é a única em que o espaço é um dos atributos da realidade espacializada e não uma realidade independente. Nesta família, encontram-se, além de Leibniz e seus ‘coexistentes’, Engels e seus suces-

31. Lévy comenta que Noam Chomsky, lingüista americano, demonstrou em seus trabalhos que é questionável que para todos os homens a dimensão espacial seja uma forma inevitável de acesso ao real.

sores com a idéia de ‘forma’ ou de ‘modo’ ‘de existência da matéria’ e certamente Einstein e Bachelard” (Lévy, 1994, p. 47).

Note-se por que é vantajoso aderir à concepção leibniziana de espaço: ela é a única em que o espaço não é uma variável independente, ou dito de outro modo: porque ele resulta (é só *a posteriori*) de processos reais, e porque só assim ele pode ser produto social, de outro modo não seria jamais, pois a lógica interditaria. Contudo, no caso de uma concepção de espaço – categoria que sempre teve grande importância no entendimento da realidade física que nos cerca – seria difícil defendê-la, mesmo no interior da geografia, se no campo das ciências físicas ela fosse inteiramente rechaçada. Mas não é o caso, porque a física moderna veio recuperar em alguma medida o espaço relativo leibniziano, e, evidentemente, o momento mais notório é o einsteiniano³².

O problema é que a geografia como disciplina tem sido refratária à concepção de espaço relativo, e trabalha inconscientemente com a idéia de espaço absoluto:

“A geografia levou muito tempo para aceitar a idéia de um espaço relativo. Ela esteve um longo tempo prisioneira de um ‘espaço em si’, aparentemente kantiano, mas de fato orientado a uma estrutura explicativa denominada ‘determinista’ depois ‘possibilista’, dando prioridade ao espaço natural para dar conta do espaço social” (Lévy, 1994, p. 47).

O importante é que se saiba que aderir à idéia de espaço relativo vai nos colocar em contato com uma elaboração que pensa o espaço como algo que resulta de “substâncias espacializadas”³³, e é preciso alguma familiaridade lógica e filosófica com esse enunciado. Em razão disso, nesse momento vamos interromper o exame das proposições de Lévy (para retornar posteriormente) e nos dedicar a uma compreensão mais apurada da idéia de espaço relativo leibniziano em confronto com a idéia de espaço absoluto, que deve seu prestígio a Isaac Newton e Kant.

Para essa apuração nos será de excepcional valia o trabalho de Lúcio L. Prado³⁴, cujo tema está bem expresso no título: *Monadologia e espaço relativo* (o jovem Kant recepcionando Leibniz). Trata-se de uma tese publicada recentemente em que o autor sustenta o seguinte ponto de vista: todos sabem que Kant antes de suas grandes críticas (antes de sua maturidade) teria herdado e compartilhado da metafísica leibniziana a concepção de espaço relativo, para só depois sob forte influência da obra de Isaac Newton, abraçar a concepção de espaço absoluto. Lúcio Prado trata exatamente do momento em

32. “... espaço e tempo, ele descobriu, são tão flexíveis quanto borracha... A teoria da relatividade de Einstein transformou o papel do espaço e do tempo, que passaram de cenários passivos onde eventos ocorrem a participantes ativos na dinâmica do cosmo” (Hawking, 2000).

33. Já diversas vezes nos referimos à espacialização de substâncias; Jacques Lévy é explícito nesse sentido e ressaltamos também Henri Lefebvre referindo-se, de algum modo, às substâncias espacializadas.

34. Mesmo quando não identificarmos diretamente o texto de Lúcio Prado, estará sendo ele a referência-eixo dessa exposição que segue.

que no pensamento de Kant essa passagem começa a se dar, peculiarmente assinalada por uma tentativa de Kant de conciliar as duas elaborações – a de espaço relativo de Leibniz com de espaço absoluto de Newton. A tese que Lúcio Prado defende é bastante arrojada: Kant fazia uma leitura confusa e equivocada da noção de espaço relativo. Nosso objetivo ao usar o trabalho desse autor não se refere diretamente ao enunciado de sua tese, mas ao arrazoado esclarecedor que ele fará da oposição inconciliável dessas duas concepções de espaço, que em geral são compreendidas vulgarmente.

A questão do espaço ocupa posição central no pensamento de Kant, mesmo nas obras pré-críticas. Quanto o jovem Kant começa enfrentar essa discussão o contexto da época era marcado pela célebre polêmica entre leibnizianos – partidários do espaço relativo e posterior às coisas que ocupam – e newtonianos – que defendem o espaço real, absoluto, condição da possibilidade da existência dos corpos, que só poderiam existir ocupando-o. Mas não eram simples enunciados opostos que estavam em confronto. Para defender seu ponto de vista, Leibniz mobilizava todo um sistema filosófico em que a idéia de espaço relativo se harmonizava. Nesse sistema são decisivas as noções de mônada³⁵ e substância. Abrir mão dessa idéia abalava a arquitetura geral de seu pensamento, ao passo que para Newton a questão era menos fundamental, e dizia respeito apenas a uma ciência específica que ele fundava. Assim se refere Lúcio Prado às forças que estavam no embate:

“O pensamento de Leibniz é movido por interesses metafísicos e, assim, seu sistema deve ser constituído de tal maneira que preserve os fundamentos dessa pretensa ciência; por isso, lhe é impossível aceitar a idéia de um espaço absoluto, pois fazê-lo significaria negar a autonomia ontológica das substâncias, que necessitariam, assim, de algo que lhes fosse exterior como condição de sua própria possibilidade. Newton, por sua vez, é completamente estranho aos compromissos metafísicos de Leibniz e não tem o menor interesse em preservar a substancialidade (entendida como autonomia ontológica) das coisas; ao invés disso, seu compromisso é físico: sua empresa é elaborar uma ciência capaz de traduzir numericamente a ordem causal próxima (e não última) que rege os fenômenos da natureza; sua ambição epistemológica é muito mais modesta do que a de Leibniz e, por isso, para ele não existe inconveniente algum em elaborar um sistema que não permita respostas às questões de ordem metafísica sobre o fundamento último das coisas; ao contrário, o que ele necessita, para realizar seu projeto científico, é postular o espaço absoluto, não se importando se isso fere ou não os ideais metafísicos dos outros” (Prado, 2000, p. 17-18).

Podíamos usar também esse trecho para ilustrar os compromissos bem distintos entre filosofia e ciência³⁶. Mas o que queríamos assinalar inicialmente são os limites e os enquadramentos de cada uma das posições e seus objetivos distintos, embora isso não tenha

35. Não é por outra razão que o termo monadologia serviu a Leibniz como título da exposição do seu sistema em 1714.

36. Embora Leibniz, incluído numa certa tradição dos filósofos, quisesse fundar sistema como uma ciência, tal como, muitos anos após, Husserl também pretenderá com sua fenomenologia.

evitado na época – e nem agora – a contraposição polêmica. Por fim, ressalta-se nessa passagem que para Leibniz o espaço têm substâncias fundantes *a priori*, e que essas substâncias prescindem do espaço ou de quaisquer outros elementos externos para existir. Logo para Leibniz o espaço não é condição da possibilidade de todas as coisas e não pode, por conseguinte ser absoluto. Mas se o espaço existe ele só pode, portanto, ser produto de substâncias, que não são em si mesmas espaciais: “... o espaço, então, em vez de ser real e absoluto, deve ser definido como a relação de copresença das substâncias; trata-se de um fenômeno derivado da existência simultânea de várias substâncias” (Prado, 2000, p. 32).

Vamos nos deter na idéia de substância: na metafísica tradicional e moderna o termo substância corresponde à essência necessária. Foi Leibniz quem melhor expressou isso em termos modernos. Lúcio Prado destaca que para Leibniz a idéia de substância tem três aspectos: 1. critério de autonomia e independência ontológica; 2. postulação de uma hierarquia ontológica na qual possibilidade e existência são categorias ontológicas fundamentais – e estas não dependem de Deus; 3. aspecto lógico sustentado na estrutura de proposições categóricas, constituídas por sujeito e predicado – os predicados de uma substância são sua essência, mas só são predicados porque existe uma substância que é o sujeito. Logo os predicados não são autônomos e nem a soma deles dá uma substância. A substância, portanto, é o sujeito que não depende de nada e subsiste independentemente de seus atributos (Prado, 2000, p. 37-38). “A natureza de uma substância individual ou de um ser completo é ter uma noção tão perfeita que com ela seja possível abranger e deduzir todos os predicados do sujeito aos quais essa noção é atribuída” (Leibniz, apud Abbagnano, 1998, p. 926)

Compreendida a idéia de substância em Leibniz (que a rigor não rompe – apenas enriquece – com nenhuma tradição filosófica) voltemos à contraposição de espaço absoluto (nos termos de Newton) a espaço relativo (nos termos de Leibniz). Assim Lúcio Prado sintetiza o contraponto – para Newton: a) o espaço é absoluto, anterior às coisas que o ocupam; b) o espaço físico é idêntico ao espaço geométrico. Já Leibniz: a) o espaço é relativo, posterior às coisas que o ocupam e função delas; b) o espaço físico é distinto do espaço geométrico. Entre as muitas incompatibilidades dessas duas posições uma foi particularmente discutida, e ela é uma das que resume o cerne das divergências. Trata-se da questão da divisibilidade do espaço. Vimos que para Newton o espaço geométrico coincide com o espaço físico (a geometria no caso é a expressão matemática e exata do espaço real). Ora, o espaço geométrico como uma representação matemática é plenamente divisível em partes menores de modo infinito e, se ele representa com fidelidade o espaço real, este último também é divisível ao infinito. Mas já sabemos que a visão leibniziana de espaço sustenta-se na copresença de substâncias que em relação o produzem. Essas substâncias simples (mônadas) são desprovidas de partes e de extensão, portanto indivisíveis. Assim, conseqüentemente, para Leibniz o espaço é indivisível, o que torna as duas posições de espaço em questão excludentes.

Porém, a questão da divisibilidade do espaço não se encerra no ponto mencionado. Leibniz admitia que embutido no espaço havia uma dimensão contínua. E como esse algo

contínuo pode ser indivisível? Não parece haver lógica, pois continuidade (a repetição) pode ser dividida. Lúcio Prado esclarece a questão lançando mão de um outro conceito que Leibniz desenvolveu, além do de espaço, o de extensão (Prado, 2000, p. 56). E antes que a confusão se estabeleça o conceito de extensão de Leibniz não coincide com o de Descartes. A compreensão do conceito de extensão leibniziano depende da sua teoria de matéria³⁷. Para o filósofo a matéria tem dois aspectos: 1. a matéria primeira contém a inércia – força passiva – universal que torna a matéria indiscernível; 2. matéria segunda que produz a forma e unidade, criando a discernibilidade. Nos termos de Lúcio Prado sobre a matéria segunda: “A unidade e a forma, enfim, a força ativa, aquela que garante aos seres sua simplicidade e discernibilidade substancial, é o que existe de ontologicamente mais fundamental nos elementos”(Prado, 2000, p. 57). Ora, é exatamente a matéria primeira que formará a extensão – pois extensão é mera repetição, e a única coisa que a substância possui que pode se afirmar extensa é a força passiva da matéria primeira. No entanto, a matéria primeira (dotada de extensão) não distingue um corpo de outro, e corpos apenas dotados dessa matéria não são reais, são apenas abstrações lógicas. A condição de corpo real somente pode ser utilizada com propriedade se referida às substâncias mesmas, a matéria segunda que em nada depende da primeira. Em tese a extensão (continuidade) poderia ser dividida e não o espaço. Mas mesmo a extensão não se divide, pois, para

“Leibniz, espaço e extensão são coisas distintas; um corpo pode abandonar seu espaço, mas nunca sua extensão. O primeiro é uma relação, cujos termos são os lugares das substâncias coexistentes que possuem uma certa ordem de copresença; a segunda é abstração seguida de repetição” (Prado, 2000, p. 59).

Na questão da divisibilidade do espaço situa-se o principal equívoco, conforme a tese de Lúcio Prado, da leitura de Kant sobre o espaço relativo leibniziano. E também, para nós, o momento mais esclarecedor do que significa a idéia de espaço relativo e sua aplicabilidade na geografia. Kant, no esforço de conciliar as concepções de espaço relativo e de espaço absoluto, quis demonstrar que o espaço leibniziano comportava a possibilidade de divisibilidade; com isso ele aproximaria as duas concepções, aparentemente excludentes. Mas Kant não se deu conta de que relações, logicamente, não se dividem, pois o que vai se obter no final não são partes da relação anterior (de uma unidade) e sim outras relações, outras unidades. Mais especificamente,

“o que Kant não se deu conta em relação a Leibniz é que, uma vez sendo o espaço físico uma relação de distância entre mônadas que se compõem formando um corpo, este, não só não pode ser dividido ao infinito, como não pode ser dividido em hipótese alguma, pois, quando um corpo, composto por uma diversidade de mônadas, é dividido, por exemplo, pela metade,

37. Trata-se de um sistema filosófico.

o espaço que ocupa cada metade desse corpo dividido não é a metade do espaço que ocupava o corpo inteiro, mas, em vez disso, é uma outra relação de distância, envolvendo um outro conjunto de substâncias, absolutamente independente do espaço que ocupava o corpo original. Ao não perceber isso, a leitura que Kant faz do espaço leibniziano coloca os corpos no espaço antes mesmo de conceber a relação, que em princípio deveria produzi-lo” (Prado, 2000, p. 20).

Parece-nos notável a similaridade dessa concepção de espaço com o que de fato ocorre no espaço geográfico. Não se dividem as relações de distância, mas criam-se outras. Quando relações produzidas por novas substâncias são engendradas o espaço é reconstruído e não ampliado ou repartido. Ele vira outro³⁸.

Por fim, como um modo de concluir o esclarecimento sobre as dissonâncias estruturais entre espaço relativo e espaço absoluto, vale mostrar como o próprio Leibniz contesta as elaborações em torno de espaço absoluto. Ele usa argumentos relativos à identidade dos indiscerníveis e da razão suficiente: se o espaço é preexistente às coisas (logo não existe espaço de tipos distintos) e real nesse sentido, que motivos existiriam para que as coisas existentes sejam dispostas de diversas maneiras? Assim, somente a relação de distância que as coisas mantêm entre si é que pode determinar a especificidade de um tal arranjo de copresentes espaciais. Quer dizer, o espaço só adquire realidade a partir da distância entre coisas. Por isso Leibniz desenvolve a teoria espacial que argumenta que o espaço é a relação de copresença das substâncias que guardam entre si uma certa relação de distância. Reiterando de outra forma: é a relação de distância dos lugares das substâncias. “Por lugar de uma substância deve-se entender não uma certa porção do espaço que ela ocupa, mas o ponto de vista através do qual ela reflete o mundo” (Prado, 2000, p. 42). Para encerrar, Lúcio Prado nota que a leitura de Kant e seus textos têm expressões que denunciam a sua incompreensão (ou discordância embrionária na época) sobre o espaço relativo de Leibniz. Um exemplo nos atrai particularmente por sua correspondência com o jargão comum da geografia: Kant em algumas passagens refere-se a ocupação de espaço. Ora, só se ocupa algo preexistente; só se ocupa algo que não depende dos objetos (expressão de substâncias/sujeitos) que o estão preenchendo; só se ocupa o espaço absoluto, porque o espaço relativo não é ocupável, não é receptáculo.

Retornando às proposições de Jacques Lévy, fica claríssimo, observando sua proposição 20, a transposição do espaço leibniziano como embasamento da concepção de espaço geográfico na geografia, o que traz como decorrência teorizada – e não apenas afirmada de modo retórico – que o espaço geográfico não pode ser encarado como receptáculo, pois a própria introdução de novas substâncias e suas relações é a criação do espaço geográfico. Mas vamos a outra de suas proposições:

38. A introdução de uma usina hidrelétrica numa região sem energia elétrica a inserirá num outro conjunto geográfico de relações e aquela região já não será a mesma.

Proposição 21: *“O espaço social é uma dimensão do real social. O espaço é um componente do ser-no-mundo dos homens”* (Lévy, 1994, p. 47).

Se o espaço é um componente do ser-no-mundo dos homens (e os homens só são no mundo) pode-se afirmar que os homens são espaciais. Heidegger enuncia essa questão no campo da filosofia de forma notável³⁹. O ser é espacial porque o seu ser-no-mundo implica relações com coisas e com pessoas e tudo isso é dominado pelas distâncias que se criam e se recriam, a partir da própria ação humana. Está claro, após o que já apresentamos sobre o espaço leibniziano, que a posição de Heidegger é convergente, pois ele jamais poderia chegar a essa conclusão tomando como referência o espaço kantiano. Em seu comentário sobre essa proposição, Lévy destaca que não menciona que o espaço é um componente do ser-no-mundo dos homens apenas porque Heidegger assim disse (nesse caso seria apenas um uso metafórico e retórico da afirmação). Na verdade trata-se de um esforço teórico para demonstrar que o espaço está longe de ser uma externalidade, apenas “uma rugosidade da experiência sensível” de algo mais importante em seus próprios termos⁴⁰, como nota com certo pesar Lévy: “A geografia pagou bem caro pela aceitação masoquista do papel de se desdobrar somente no ‘concreto’, a que aqueles que reservaram para si o ‘abstrato’ relegaram-na” (1994, p. 47). E para não deixar dúvida sobre a decorrência necessária da introdução da visão de espaço relativo na geografia, e sobre os desdobramentos que daí surgirão: “A geografia nos permite compreender que o ser... não se encarna numa configuração, nem se recolhe no lugar, ele é desde sempre também espacial” (1994, p. 48). Se somos de fato seres espaciais não há porque manter o estranhamento em vista do objeto de estudo da geografia conter uma fisicalidade não-humana (o que não quer dizer que não tenha subjetividade), que nos impediria de afirmar a geografia como ciência social. A partir desse enunciado fica inviável expurgar a geografia do campo das ciências sociais, ou dar-lhe uma posição cognitiva inferior na trama explicativa do mundo social.

Algumas outras proposições de Lévy aprofundam a filiação leibniziana de sua concepção de espaço. Isso fica claro com o modo de se trabalhar em geografia o conceito de substância. Observemos a seguinte proposição:

Proposição 24: *“Escala, métrica e substância são os três atributos essenciais do espaço. Existe uma infinidade de escalas, de métricas e de substâncias”* (Lévy, 1994, p. 49).

Interessa-nos aqui sublinhar o uso da idéia de substância que é definida pelo autor como um dos atributos do espaço geográfico. Para ele a substância é um elemento fun-

39. “... nem o espaço está no sujeito nem o mundo está no espaço; mas o próprio sujeito (a realidade humana) – o ser-aí – é espacial em sua natureza. É espacial porque, como ser-no-mundo em sua relação com as coisas, é dominado pela proximidade ou pela distância das coisas utilizáveis, por um conjunto de relações possíveis que a intuição formal do Espaço só faz evidenciar nas várias disciplinas geométricas” (Heidegger, apud Abbagnano, 1998).

40. Como se arrogam os deterministas econômicos, por exemplo.

damental do raciocínio geográfico. Trata-se de um componente não-espacial do espaço do mesmo jeito, por exemplo, que a sociedade civil representa o componente não-político da função política, “ele traduz a interdependência entre espacialidade e a natureza daquilo que é espacializado. O espaço de diferentes ‘coisas’ sociais não pode ser o mesmo – ou, se for o caso, é preciso demonstrar” (1994, p. 49).

Na proposição 27 Lévy avança na elaboração sobre as substâncias: “*Não existe espaço sem substância; não há substância sem espaço. Existem dois grandes tipos de substâncias: sociais e societais*” (1994, p. 51).

A concepção de espaço de Leibniz define-se como a espacialização de substâncias que coexistindo e se relacionando constituem as distâncias e o espaço. Resta precisar nessa transposição para a concepção de espaço geográfico quais as substâncias que o produzem. As substâncias são sociais, o que não deixa dúvida sobre a precedência ontológica da sociedade na fabricação do espaço geográfico. Constatada a substancialidade social do espaço resta, para produzir uma geografia analítica, empreender uma tarefa de conceitualização de todo o universo complexo que a substância social contém. Jacques Lévy propõe de início que se distingam as formas de sociedade: sugere dois macrocompartimentos: a forma social (comunitária, tradicional) e a forma societal (sociedade moderna, impessoal):

“... pode-se propor uma orientação que permita classificar as substâncias em função do tipo de espacialidade à qual elas estão associadas. Há aqui ainda numerosos casos possíveis. Daí acentuar uma distinção particularmente importante, aquela que opõe o social e o societal” (1994, p. 51).

Mas qual a razão dessa distinção? Essas substâncias apresentam espacialidades próprias, e suas repercussões na constituição do espaço geográfico precisam ser notadas. Desse modo, estaremos nos adentrando no trabalho próprio da geografia. Eis o modo como Lévy distingue as duas macrossubstâncias espaciais:

“Se o social (não societal) pode apresentar espacialidades extremamente diversas, isso não é o mesmo para uma sociedade (societal). Essa última se caracteriza pela interação entre várias funções produtivas, que por sua vez são fundadas sobre a interação entre indivíduos e organizações. Isso introduz um certo número de constrangimentos, o que supõe um certo fechamento permitindo as trocas cumulativas por um longo período. Daí a tendência à territorialização de toda a sociedade, porque só a territorialidade assegura uma exaustividade de diferentes funções, umas em relações a outras. Mesmo se certas funções são organizadas em redes, mesmo se, por outro lado, o quadro espacial é móvel, a realidade social” (1994, p. 51).

Justamente essa interação generalizada que a substância societal promove, com repercussões notórias na constituição do espaço (espaço mais fluído, contexto geográfico

mais alargado⁴¹ etc.), nos permite uma caracterização da substância societal como urbana e também como nacional, que caminha para um reordenamento, que no mínimo muda o papel desse nacional inflexionado que está pelo avanço de conteúdos globais do espaço geográfico (tudo isso como aspectos dinâmicos da substância societal).

Conclusão

Para concluir, retomamos a expressão apresentada pejorativamente – espaço como sujeito. Repudiamos igualmente esse tratamento se o espaço for tratado como externalidade, com “leis” próprias estranhas e anteriores ao mundo social. Mas só trata o espaço assim quem filia sua concepção consciente ou inconscientemente à newtoniana/kantiana. Mas uma concepção de espaço relativo, posterior à espacialização das substâncias sociais (ou outra terminologia que se queira usar – o importante é considerar o espaço como constituído pelas relações sociais), não tira a prerrogativa de sujeito histórico da sociedade (dos atores sociais) e, ao mesmo tempo, garante uma análise da realidade social total a partir do ângulo do espaço geográfico. E essa última elaboração jamais pode ser apontada como uma fórmula de fetichismo espacial. Por outro lado, a opção da concepção de espaço relativo em geografia em termos epistemológicos mostra-se muito mais vantajosa, porque dá especificidade ao discurso geográfico, que nunca pode ser consistente sob concepções de espaço impensadas e externas à sociedade. Se essa vertente representa algo novo e inexplorado para a compreensão do mundo moderno, isso terá de ser demonstrado. Trabalhos importantes sustentados por discurso geográfico consistente tratando o espaço como dimensão (instância, componente, transversal, meio de reprodução das relações sociais etc.) social já existem. Mas, convenhamos, ainda muito longe do desejável, em função de uma resistência muito grande de práticas que levaram a geografia a uma condição secundária no contexto das ciências sociais.

Bibliografia

- COMTE-SPONVILLE, André, FERRY, Luc. *Sabedoria dos modernos*; dez questões para o nosso tempo. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Trad. Eduardo Brandão.
- ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- HOBBSAWM, Eric (entrevista a Antonio Polito). *O Novo Século*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Trajetória Cultural/Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

41. Expressão de Milton Santos.

LÉVY, Jacques. *L'espace légitime*; sur la dimension géographique de la fonction politique. Paris, Presses de La Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

PRADO, Lúcio L. *Monadologia e espaço relativo*; o jovem Kant recepcionando Leibniz. São Paulo: Educ /Fapesp, 2000. 94 p.

Artigos de imprensa

HAWKING, Stephen. "Uma breve história da relatividade", *Time Magazine*, 2000.

Obras de referência

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia* (trad. Alfredo Bosi). São Paulo: Martins Fontes. 1998.

RESUMEN

La discusión sobre el papel del espacio geográfico como elemento central de la Geografía y como uno de los componentes estructurantes de la realidad social es hecha como referencia a la clásica contraposición entre las concepciones de espacio absoluto (newtoniano/kantiano) y de espacio relativo (leibniziana). Para tanto se describe la diferencia fundamental entre esas dos concepciones con el objetivo de demostrar las ventajas de teorizar el espacio geográfico con base en la elaboración de espacio relativo. En el desarrollo de la argumentación, se busca refutar las objeciones más comunes que se hacen al hecho de admitir al espacio geográfico como uno de los elementos explicativos de la sociedad, tales como: el espacio estaría siendo tratado como sujeto, postura determinista etc. Finalmente, ejemplificamos el uso de la visión leibniziana de espacio a partir de las elaboraciones teóricas del geógrafo Jacques Lévy, presentadas en función de su claridad y consistencia.

PALABRAS-CLAVE

Espacio absoluto – espacio relativo – ontología del espacio – substancia del espacio – producción del espacio.

ABSTRACT

The discussion about the role of the geographic space as a central element of geography and as a structural component of the social reality is done in the light of the classical opposition between the absolute space (newtonian/kantian) and relative space (leibnizian). To do so, the fundamental differences among these two ideas are described aiming to demonstrate the advantages of theorizing the geographical space based on the relative space concept. In the development of such reasoning one tries to refuse the most common objections to the idea of assuming the geographical space as an explanatory element of society, such as: the space being seen as subject, determinist assumption etc. Finally, the use of a leibnizian perspective is exemplified by the theoretical assumptions of the geographer Jacques Lévy, presented here due to their clarity and consistency.

KEY WORDS

Absolute space – relative space – space ontology – space substance – space production.

Recebido para publicação em 1º de junho de 2001.